

O SURGIMENTO DA IMPRENSA POLÍTICA E A RETÓRICA DA OPINIÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

THE APPEARING OF THE PRESS POLITICS AND THE RHETORIC OF PUBLIC OPINION IN GOIÁS PROVINCE

Martha Victor Vieira*
marthavictor@uol.com.br

RESUMO: Este artigo analisa o conteúdo das cartas e comunicados oficiais publicados no primeiro periódico da província de Goiás, intitulado *A Matutina Meiapontense* (1830-1834), enfocando principalmente os sentidos atribuídos pelos letrados goianos ao conceito de opinião pública. Essas publicações, geralmente, abordavam questões concernentes ao campo político e eram dirigidas ao redator ou ao público leitor. Desde a sua criação, *A Matutina* divulgou diferentes posições políticas, por essa razão, o periódico se constituiu como um espaço público de crítica; conferiu visibilidade às discussões administrativas; estimulou o debate entre os leitores e agiu como um mediador de interesses entre as autoridades provinciais e a sociedade goiana.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Opinião Pública, Província de Goiás.

ABSTRACT: This article analyzes the contents of the letters and official pronouncements published in the first journal of Goiás Province, entitled *A Matutina Meiapontense* (1830-1834), mainly focusing on the meanings attributed by scholars goianos the concept of public opinion. Usually, these publications addressed issues concerning the political field and were directed to the editor or to the readers. The journal *A Matutina*, since its creation, published different political positions, therefore it was constituted as a public space for critical; gave visibility to administrative discussions, stimulated debate among readers and acted as a mediator of interests between the provincial authorities and the society goiana.

KEYWORDS: Press, Public Opinion, Province of Goiás.

A imprensa no Brasil surgiu, por iniciativa oficial, após a vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Foi na Cidade Imperial, em 10 de setembro, que se lançou o primeiro jornal produzido no país, intitulado a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Esse periódico divulgava, sobretudo, informações governamentais, notícias da família real e acontecimentos ocorridos na Europa, mas também trazia alguns fatos cotidianos e opiniões dos leitores. A *Gazeta* saía do prelo da Impressão Régia, por isso, o seu conteúdo era, antecipadamente, revisado pelos agentes reais (BARBOSA, 2010, p. 22).

Antes da criação da *Gazeta*, contudo, desde precisamente 1º de junho de 1808, já circulava, clandestinamente, no território brasileiro outro jornal, o *Correio Braziliense*, que era produzido em Londres. O *Correio Braziliense* (1808-1822), redigido por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, tinha um perfil diferente da *Gazeta*. Segundo Nelson Werneck Sodré (1983, p. 20-22), o *Correio* tinha caráter doutrinário e pretendia formar opinião. A razão de esse periódico ser produzido no exterior devia-se tanto a falta de meios de publica o no

*Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína – e do Programa de Pós-Gradua o em Ensino de História (Mestrado Profissional em Ensino de História).

Brasil quanto à intenção de fugir da censura e das retaliações. Por ser um jornal de oposição, que fomentava a crítica e o debate político, pode-se dizer que o *Correio Braziliense* fundou uma imprensa política no Brasil, cujo foco principal era publicar matérias que divulgassem as teorias do liberalismo, provenientes da Europa e dos Estados Unidos, e comentassem as práticas políticas, relativas à forma de gestão do Estado Imperial.

Apesar das diferenças do perfil editorial, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense* compartilhavam de uma cultura política comum. Como afirma Marco Morel (p. 31-32), ambos defendiam a monarquia, repudiavam os ideais revolucionários e apoiavam o “projeto de união luso-brasileira”. Ademais, a partir de 1821, *A Gazeta*, então chamada *Gazeta do Rio*, adotando o discurso liberal, passou a defender a independência do Brasil, antes mesmo do *Correio*.

O movimento em prol da Independência foi um dos responsáveis pela expansão das atividades da imprensa política no Brasil, porque estimulou em várias províncias à publicação de periódicos e folhetos que se manifestavam contra ou a favor da manutenção da união com Portugal. Mais do que a transformação do cenário político, porém, foi preciso haver uma mudança de mentalidade para que a imprensa fosse valorizada, pois a sociedade brasileira possuía uma grande quantidade de analfabetos, e isso estimulava a prática de uma cultura da oralidade (BARBOSA, 2010, p. 38).

O auge do periodismo no Brasil foram os anos de 1821 e 1822. A extinção da censura prévia, em 1821, favoreceu a criação de jornais em todo o país. A proliferação dos periódicos, segundo Lúcia Neves, indica “[...] uma preocupação coletiva em relação ao político”, haja vista que muitas matérias eram comentadas nas cartas particulares que os redatores publicavam (NEVES, 1995, p. 126). O periodismo político, especialmente os artigos da oposição, porém, não agradava D. Pedro I. Em 22 de novembro de 1823, foi decretada uma nova lei contra os ditos “abusos” da liberdade de imprensa, sob o argumento de que determinados conteúdos poderiam atizar a anarquia (NUNES, 2010, p. 65-66).

Em virtude da censura existente, muitos artigos publicados eram anônimos para se evitar uma eventual retaliação. Isabel Lustosa (2004, p. 38) aponta que o próprio D. Pedro I chegou a publicar artigos acriminosos sobre seus inimigos políticos, usando pseudônimos. Ademais, os próprios proprietários ou redatores dos periódicos tinham o costume de redigir cartas e artigos críticos, utilizando-se do anonimato para não sofrerem represálias.

Apesar das restrições legais, multas e punições, os periódicos eram um importante meio de denúncia e oposição política no Brasil. Por essa razão, com o retorno da atividade parlamentar, em 1826, o tema da liberdade de imprensa voltou a ser pauta de discussão e motivo de controvérsias. Não havia um consenso entre a elite política brasileira em relação aos impressos. Várias legislações sobre a liberdade de imprensa foram criadas ao longo do Império. O Código Criminal de 1830 incluiu nas suas disposições uma série de medidas para inibir os abusos cometidos pela imprensa. Entre 1823 e 1889, existiram, pelo menos, vinte e cinco decretos, leis e avisos que trataram, direta ou indiretamente, da questão da liberdade de imprensa (ALVES, 1999, p. 90). A existência dessas leis evidencia a situação conflituosa entre o Estado e alguns publicistas, que usavam os impressos como instrumento de ação política.

Os tipos de periódicos que circulavam no Brasil Império eram os mais diversos. Essa variação dependia do interesse ou identidade política do redator ou do proprietário, que podiam ser uma mesma pessoa. Alguns periódicos veiculavam um discurso mais radical e exaltado, outros privilegiavam as informações oficiais. Nesse período, existia a polêmica “imprensa periódica de opinião”, como define Tânia Bessone Ferreira (2007, p. 190), que pretendia divulgar posições ideológicas e estabelecer um diálogo com o leitor, com o objetivo de melhor realizar uma pedagogia política. Essa definição de imprensa de opinião se aproxima do que estamos compreendendo aqui como imprensa política, tomando como referência uma expressão presente nas crônicas do escritor e político Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

Uma prática comum na imprensa no Brasil Império era a utilização das “penas de aluguel”. Justiniano José da Rocha, por exemplo, admitiu ter sido contratado pelos conservadores para escrever e publicar artigos (GUIMARÃES, 2007, p. 80). Os letrados, contratados secretamente, enviavam seus textos, feitos sob encomenda, para os periódicos, defendendo determinadas ideias, projetos políticos-partidários, reformas governamentais ou interesses pessoais. Joaquim Manuel de Macedo, em *Memórias do Sobrinho do Meu Tio* (1867-1868), descreve a subserviência de certos periódicos com o Gabinete Ministerial do Império. Na visão do Sobrinho do Meu Tio, protagonista dessa obra literária, a imprensa política livre e independente era um anseio de pessoas “visionárias”, porque no Brasil “[...] A imprensa política deve ter a obrigação de considerar impecáveis os ministros que reputa do

seu credo político” (MACEDO, 1995, p. 300). A análise da contratação das penas de aluguel, realizada por Lucia Guimarães (2007, p. 85), indica a importância do apoio da imprensa para manter a legitimidade dos Ministérios, conforme também se pode observar nos fragmentos retirados da sátira de Joaquim Manuel de Macedo.

A produção e circulação dos impressos, bem como a criação dos espaços de sociabilidade urbanos (lojas maçônicas, livrarias, bibliotecas e sociedades políticas e literárias), estimularam a formação de uma opinião pública no Brasil, na medida em que serviam de referência para as pessoas interessadas em conhecer, criticar e debater as ideias liberais e as questões relacionadas ao Governo.

As relações de sociabilidade e a atuação na imprensa eram ainda importantes meios para um indivíduo ascender no cenário político. Em *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), Joaquim Manuel de Macedo confirma essa inferência ao narrar certo dia de 1837 em que o livreiro carioca Mongie, ao comentar os artigos oposicionistas feitos por Francisco Sales Torres Homem no *Jornal dos Debates*, teria dito que esse publicista nasceu “[...] para fulgir na imprensa política, e para elevar-se por ela às mais altas posições no seu país” (MACEDO, 1966, p. 207). O próprio Macedo, convicto defensor do Partido Liberal, teria conseguido eleger-se para três legislaturas da Assembléia Geral graças à sua intensa atuação na imprensa, como redator e literato, durante o Segundo Reinado.

O Conceito de Opinião Pública

De acordo com Reinhart Koselleck (1994, p. 98): “Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (KOSELLECK, 1994, 98). O surgimento, a circulação e os sentidos de um conceito são reveladores das transformações e das demandas que estão ocorrendo em uma sociedade. No moderno mundo ocidental, o vocabulário usado nos impressos foi marcado por palavras e expressões que denotavam as experiências e expectativas dos contemporâneos. Esse vocabulário era usado como ideia-força e servia para mobilizar agentes em diferentes espaços geográficos e períodos históricos. No vocabulário introduzido pelos escritores do liberalismo político uma das expressões que caíram no gosto da argumentação dos publicistas era a chamada opinião pública.

O conceito de opinião pública ganhou notoriedade no bojo das transformações ocorridas no século XVIII, especialmente devido à expansão das atividades da imprensa. Como demonstra Habermas, os *topos* da opinião pública está relacionado à construção da esfera pública burguesa, que criou condições para o uso crítico da razão por parte dos agentes privados. Entretanto, esse conceito somente foi forjado após ter sido lapidado por vários teóricos, tais como Burke, Bentham, Kant, entre outros, que ressaltaram a importância da existência de uma opinião pública, racional e independente, para exercer o controle das ações do Estado (HABERMAS, 1984).

Na França, segundo Roger Chartier, a expressão opinião pública apareceu nas três últimas décadas do século XVIII, sendo concebida como uma “corte de justiça”, associada às manifestações feitas pelos “homens de letras” e a “universalidade de julgamentos” que foram possibilitados pela imprensa (CHARTIER, 2009, 63-65). Como diz Habermas (1984, p. 46), neste contexto: “[...] A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade”.

Baseando-se nos estudos de Habermas sobre a formação da esfera pública no contexto europeu, Marco Morel (2008) destaca que, desde o seu surgimento, a “[...] opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais em vontade geral”. Essa opinião era compreendida ainda como uma forma de questionar as relações de poder e de “[...] influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado”. No território brasileiro, a formação de uma incipiente opinião pública foi favorecida pela criação da imprensa em 1808, que instituiu um “espaço público de crítica” e fomentou o debate de ideias sobre temas relacionados ao âmbito governamental.

Embora, desde a emancipação política, o conceito de opinião pública tenha sido amplamente usado nos impressos produzidos no Brasil, essa expressão foi acrescentada nos dicionários lusos-brasileiros apenas a partir do ano de 1890. Até o Período Regencial, porém, verifica-se que o conceito de opinião pública teve diferentes conotações, dependendo do lugar da fala do enunciador e da conjuntura em que foi empregado. No ano de fechamento da Assembléia Constituinte de 1823, por exemplo, a opinião pública foi associada a algo negativo, denotando uma “[...] forma de manipulação e de conquista do público leitor”. Já no final do Primeiro Reinado e início das Regências aparece a expressão “tribunal da opinião

pública”, significando “uma ideia de soberania popular”, que era muito utilizada pelos liberais exaltados e difundida pelo periódico *Nova Luz Brasileira*. (NEVES, 2009, p. 190).

A circulação de diversos tipos de impressos na Corte e nas províncias “[...] foi fundamental para o desenvolvimento da opinião e do espaço público no Brasil. [...]”. A imprensa, ao trazer à tona as informações oficiais e as críticas políticas, contribuiu para o questionamento das relações de poder e para a formação de uma opinião não somente entre os letrados, mas para aqueles que ouviam nas ruas, livrarias e espaços privados os debates que eram publicados nos periódicos (MOREL, 2005, p. 152). As informações circulavam e as ideias iam sendo apropriadas conforme as experiências, conhecimentos e intenções dos receptores.

Para pensar a formação da opinião pública no Brasil oitocentista, são interessantes os estudos feitos por Robert Darnton sobre os panfletos políticos na França pré-revolucionária, entre 1787-1788, os quais suscitaram na população uma posição radical: “[...] a favor ou contra o governo, a favor ou contra os parlamentos [...]”. Na visão desse historiador, os panfletos, ao provocarem “[...] a definição de posições, ajudaram a polarizar a opinião pública — e também a expressaram, porque a formação da opinião pública e a agitação dos panfletistas se reforçavam mutuamente, funcionando ao mesmo tempo como causa e efeito” (DARNTON, 1998, p. 261).

A imprensa, nessa interpretação, pode ser compreendida como uma via de mão dupla, porque ao mesmo tempo em que era um instrumento de ação política para formar opinião, ela igualmente expressava a opinião da sociedade que lia, ouvia, discutia e escrevia nos periódicos, especialmente nas seções de correspondência, nas matérias pagas para serem publicadas ou nos artigos feitos sob encomenda.

A Criação da Imprensa Matutina e os Sentidos da Palavra “Público”

Concomitante aos debates e agitações políticas que prenunciavam a crise do Primeiro Reinado se criou, em 05 de março de 1830, na localidade de Meiaponte¹, o primeiro periódico da província de Goiás, intitulado *A Matutina Meiapontense*. O nome *A Matutina* significava

1. Neste artigo, optou-se por usar o nome do arraial de Meiaponte junto, para seguir a forma como aparece na folha *A Matutina Meiapontense*, fazendo apenas uma atualização ortográfica com a substituição do “y” pelo “i”. Contudo, podem-se encontrar, nesse mesmo período, documentos e narrativas de viajantes que redijam separadamente, escrevendo Meia Ponte.

“uma luz que pouco clareia, mas é a precursora do dia” (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 05/03/1830, n. 1, p. 1). O proprietário do periódico era o comendador Joaquim Alves de Oliveira e o principal redator foi o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que, às vezes, era substituído pelo padre Manoel Pereira de Souza.

Nas páginas do *A Matutina* encontravam-se publicações dos atos oficiais, notícias da Corte e manchetes de vários periódicos. Havia também uma seção onde eram colocadas as cartas dos leitores, as quais, frequentemente, continham críticas às autoridades provinciais, denúncias de irregularidades e manifestações sobre temas que estavam em pauta no âmbito nacional (VIEIRA, 2013). A seção de correspondência, frequentemente, publicava cartas da província de Mato Grosso. A partir de 1833, *A Matutina* começou a divulgar também outra folha, denominada *Miscellania Cuyabanense*.

A Matutina circulou de 1830 a 1834 e, a princípio, era impressa às terças e sextas-feiras. Depois de dois meses de circulação, passou a sair nas terças, quintas e sábados. A venda do jornal era feita em Goiás, Cuiabá e São João Del Rei. Por ser o único periódico existente na província, nesse período, *A Matutina* publicava artigos e cartas que continham diferentes conteúdos e pensamento políticos, alguns dos quais eram anônimos. Ao se constituir como um espaço público de crítica, que veiculava posições divergentes e, até mesmo, contrárias, esse periódico deu visibilidade às discussões políticas e administrativas, propiciou o debate entre os leitores e agiu como um mediador de interesses entre as autoridades imperiais e a sociedade goiana.

Desde as primeiras edições do *A Matutina Meiapontense*, notamos que a palavra “público” aparecia recorrentemente nos artigos veiculados, com conotações diferenciadas, tais como: negócios Públicos, Empregados Públicos, Olhos do Público, Espírito Público, lugar público, sair a público, bem do Público, interesse Público, etc. A palavra público, quando grafada em maiúsculo, podia relacionar-se a sujeitos e instituições estatais ou, então, indicar uma entidade política coletiva, detentora de poder simbólico. Nesse último sentido, que mais chama a atenção, o Público é compreendido como se fosse um tribunal de justiça, capaz de emitir uma opinião imparcial, realizar julgamentos e questionar as ações dos representantes do Estado.

O poder conferido ao “Público” pode ser notado nas cartas dos correspondentes do *A Matutina*, nos comunicados feitos pelas autoridades provinciais e nos comentários do

redator, que, ao manifestarem suas opiniões ou ao responderem às interpelações e denúncias feitas por outrem, geralmente, se dirigiam aos leitores do periódico para que eles pudessem conhecer e julgar as suas ações.

Pode-se notar o apelo à opinião do público, na carta do coronel João José do Couto Guimarães que, ao responder a uma suposta “calúnia” que lhe imputavam, relativa à sonegação fiscal, diz recorrer ao *A Matutina* porque se considerava “responsável ao Público” para desfazer a calúnia que lhe era imposta e “[...] para que o mesmo Público conheça a injustiça com que aquelle Sr. Pinna me provoca.” (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 10/01/1832, n. 279, p. 2). O referido correspondente, reclamando de Braz Luiz de Pinna, administrador da Fazenda Nacional, se refere ao público como um juiz julgador dos fatos por ele apresentados na imprensa e associa o “Respeitável Público” a algo que possui poder e imparcialidade.

A carta resposta de Braz Luiz de Pinna, negando as informações de Couto Guimarães, vem publicada dias depois em outro número do *A Matutina*. Nessa carta, o administrador apresentou vários documentos sobre a questão fiscal mencionada por Couto Guimarães e solicitou que o “Público imparcial” julgasse a sua “moral” e a do seu acusador (Idem, 04/02/1832, n. 290, p. 4).

O significado da palavra público, associada a um tribunal, aparece ainda na carta do secretário do governo provincial Antônio Ferreira dos Santos Azevedo que rebate uma crítica anônima feita a sua pessoa no *A Matutina* argumentando que: “[...] He com tudo forçoso que me dirija ao Público, para que este (vendo me em silêncio) pense que sou culpado, visto atribuir se me malversação no exercício do meu Emprego [...]” (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 20/02/1833, n. 413, p. 3).

Outro sentido recorrente do termo público pode ser observado nos discursos de algumas autoridades que almejavam dar satisfação sobre seus atos. Assim, por exemplo, faz o comendador Joaquim Alves de Oliveira quando comunica as providências tomadas durante seu mandato: “He do meu dever annunciar ao Público como juiz de Paz desta Freguesia de Meyaponte [...] ter-se concluído neste Juízo todos os actos de reconciliações[.]” (Idem, 08/01/1831, n. 122, p. 3).

Como podemos observar, a palavra público foi usada com múltiplos sentidos nos artigos do *A Matutina*. Além de se relacionar à ideia de opinião pública e ter as atribuições de

um “tribunal”, a palavra “público” aparece referindo-se à instituição estatal, com sentido de povo, ou então, adjetivando um determinado lugar onde circulava várias pessoas.

A polissemia da palavra público, vigente na época, pode ser identificada no *Dicionário da Língua Brasileira*, de 1832, escrito por Luiz Maria da Silva Pinto (1996), segundo o qual, “público” significa: “Do comum, conhecido, usado de todos. O Publico s. m. O povo, a gente de qualquer terra. Em publico, diante de todos. Mulher pública, meretriz.” Na definição desse mesmo *Dicionário* a palavra “opinião”, por sua vez, significa: “Parecer, o juízo que se faz de alguma coisa. Fig. Reputação. Presumpção”.

Tendo em vista os usos feitos das palavras “público” e “opinião” no *A Matutina*, bem como a definição de Silva Pinto (1996), pode-se inferir que a opinião pública na perspectiva dos letrados goianos seria um juízo que o povo (sobretudo o chamado cidadão ativo) possui/ou faz a respeito de algum assunto que pode ser de cunho privado ou político/estatal, pode envolver indivíduos ou toda a sociedade.

Mais do que uma simples expressão linguística, porém, a opinião pública era utilizada retoricamente pelos letrados goianos como força mobilizadora, como uma entidade investida de poder que era capaz de julgar, castigar e agir imparcialmente. Como aponta Marco Morel (2008, p. 33), a opinião pública não era apenas uma palavra, pois consistia em um “instrumento simbólico”, usado para respaldar as ações políticas no mundo “pós-absolutista”. Ainda segundo esse historiador, ao surgir no século XVIII, a opinião pública tinha dois significados básicos: podia ser vista como “fruto da elaboração de sábios ilustrados” ou como “resultado da vontade da maioria de um povo”. É com esse segundo significado que a opinião pública está sendo utilizada pela elite goiana, sobretudo, no início dos anos de 1830, como podemos notar no comunicado feito, sobre a Abdicação, por Joaquim Alves de Oliveira. Nesse comunicado, o dono do *A Matutina* se dirige ao “Público” para contar as “notícias verdadeiras” e afirma que: “[...] D. Pedro I de Alcântara não sabendo compadecer-se com a sinceridade, e boa fé brasileira foi vencido pela Opinião Pública e deixou de Imperar na terra da Liberdade” (*A MATUTINA MEIAPONTENSE*, 21/05/1831, n. 179, p. 5).

Esse sentido de opinião pública, como sendo a vontade da maioria da população, dotada de razão e senso de justiça, pode ser notado na manifestação do redator do *A Matutina*, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que, ao referir-se às disputas políticas que ocorreram em Goiás em 1831, discursa nos seguintes termos:

[...] nada pode conter melhor o Governo em seus deveres do que a publicidade dos seus actos, por isso que por ella, ele vai ser julgado pelo Tribunal, que mais vale que todos os Tribunaes; fallamos da Opinião Pública, ella é o Tribunal que pronuncia penas inevitáveis e que decide o destino dos homens públicos A franqueza de hum Governo arranca ao descontentamento todas as armas, a calumnia perde a sua força, e o Público se colloca em estado de formar uma opinião illustrada, que tanto bens produz em huma Nação[...] (Idem, 16/08/1831, n. 216, p. 3).

Para esse redator, competia à imprensa *Matutina* dar publicidade sobre os assuntos políticos, e ao “Público” competia julgar tais ações e formar uma “opinião ilustrada”. É com esse “Público” que o redator e os correspondentes do periódico dialogam, visando persuadí-los ou esclarecê-los a propósito dos assuntos relacionados aos acontecimentos políticos e administrativos da província de Goiás, bem como sobre temas polêmicos que fomentavam os debates no Império como um todo.

É interessante observar que o argumento usado pelo redator, em relação à publicidade, se assemelha muito a um texto escrito por Jeremy Bentham (1748-1832), no final do século XVIII. Neste texto, Bentham aponta que o exercício do poder está sujeito às tentações, por isso, quem o exerce deve ter à “superintendência do público”: “[...] O público compõe um tribunal que é o mais poderoso dos tribunais juntos”. Esse tribunal tem o poder de decidir “[...] o destino do homem público’ e “as punições por ele pronunciadas são inevitáveis [...]” (BENTHAM, 2011, p. 278). Há vários indícios textuais denotando que o redator do *A Matutina*, teve acesso, direta ou indiretamente, ao texto de Bentham e utilizou as ideias desse filósofo inglês em sua argumentação.

O coronel José Rodrigues Jardim, quando assumiu a presidência da província de Goiás, em janeiro de 1832, enviou um comunicado ao *A Matutina*, no qual também expressa o poder conferido à opinião pública, ao referir-se ao papel de controle e crítica das ações dos representantes imperiais exercido pelos periódicos.

Intimamente convencido das vantagens, que resultão das censuras que nos Periódicos se fazem aos actos irregulares dos Empregados, por isso que sendo praticados com descuidos [...] e se por maldade recebe os mesmos Empregados não pequeno castigo de vê-los publicados, perdendo aquella opinião que o homem de bem deve prezar mais que a própria vida, espero que o Sr. Redator do *A Matutina* me admoeste das que involuntariamente eu praticar, involuntariamente digo, porque ja mais me deixarei arrastar das paixões que levam os Empregados a maior desgraça, a perda da estimação pública (*A MATUTINA MEIAPONTENSE*, 12/01/1832, n. 280, p. 2).

Não obstante o seu caráter retórico, no sentido do discurso do presidente visar obter a adesão e a confiança do leitor para com o seu governo, essa passagem é bastante significativa porque coloca os periódicos como sendo, diretamente, responsáveis pela formação da opinião pública. Esse público teria a função social de vigiar os representantes do Estado, para que os mesmos não cometessem atos administrativos contrários aos interesses da população. Como se pode notar, o discurso de Rodrigues Jardim evidencia que, com a instalação da imprensa *Matutina*, as modernas ideias e práticas políticas começam a ser usadas pelos dirigentes goianos para persuadir e conquistar o apoio dos cidadãos.

A forma como as publicações do *A Matutina* visavam dialogar e mobilizar os leitores nos indica os usos que são feitos da imprensa pela elite letrada goiana, que se manifestava nesse espaço público para formar a opinião da sociedade, prestar contas das funções públicas, comunicar-se com as autoridades províncias e realizar uma pedagogia política, ou, nas palavras do redator, espalhar as “luzes entre o povo”. Além disso, constituindo-se como uma imprensa política de opinião, *A Matutina*, embora veiculasse opiniões divergentes, buscava sempre que possível indicar e divulgar a posição do redator, que se coadunava com o projeto político liberal moderado hegemônico na Corte carioca. Em virtude dessa posição situacionista, a imprensa *Matutina* serviu para conferir projeção social e política para o seu proprietário, o comendador Joaquim Alves de Oliveira, para o redator, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, e para o próprio arraial de Meiaponte, que se rivalizava com a Cidade de Goiás, e foi erigido à categoria de vila, em 10 de julho de 1832.

Liberdade de Imprensa e Pedagogia Política

O reconhecimento da imprensa como um instrumento de tomada de posição e mediação política pode ser inferido na leitura dos fragmentos extraídos de uma carta enviada ao *A Matutina* por um indivíduo que se autointitula como “Interessado Leitor”, supostamente residente de Meiaponte. As ideias dessa carta são colocadas na forma de um diálogo entre dois personagens, um chamado Pilades e outro Orestes. O discurso destacado a seguir, pertence a Orestes, que faz severas críticas contra os Estados despóticos e afirma que a imprensa era a grande difusora das “luzes”, responsável pela publicização da verdade dos fatos e pela instrução do povo:

[...] pela liberdade de imprensa, que inda tarde nos chegou veio nos tirar a prisão das palavras, e dos pensamentos. Gutenberg no século xv fez aos homens o maior relevante serviço a bem da causa da liberdade [...] inventou a imprensa, que confundiu os prejuízos góthicos, destruiu a arrogância crassa e fez triunfar a razão e a verdade [...] A Typographia. Ella [...] que instruiu os homens, e que os dirigio nas gloriosas revoluções, que estão dando o grande golpe no Dragão do Despotismo.” (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 27/12/1831, n. 273, p. 03).

Posição de Orestes vem ao encontro das opiniões que circulavam sobre o governo de D. Pedro I, especialmente, após a Abdicação. A visão da imprensa como instrumento de combate ao “despotismo”, aqui compreendido como toda ação autoritária e contrária às leis vigentes, indica que os letrados goianos estavam se apropriando das ideias liberais que se difundiram desde a crise do Antigo Regime. Isso pode ser verificado em uma carta anônima publicada no *A Matutina*, conforme expresso nos seguintes argumentos: “[...] Graças aos Escritores Liberais que sustentando os direitos da humanidade fizeram tremer a Tirania [...] Deviam conhecer que o Brasil no meio das Luzes do século presente, não é o Brasil, que antigamente foi surpreendido pelos ambiciosos argonautas lusitanos” (Idem, 30/06/1831, n. 196, p. 04).

Nessa carta, o correspondente identifica o dia 7 de abril com a vitória da liberdade e o fim da escravidão no Brasil, que, a partir dessa data, teria um Imperador nacional, D. Pedro II. Além de destacar a alteridade em relação ao passado colonial, pode-se notar que o correspondente supervaloriza o papel da palavra impressa, que era capaz de provocar transformações nas estruturas do poder estatal. No ano anterior à Abdicação, a importância conferida à imprensa já pode ser notada nas publicações do *A Matutina*, que defendiam a função política e pedagógica dos periódicos. Inclusive, o prospecto que fala das metas do jornal goiano inicia-se com a seguinte assertiva: “A liberdade da imprensa não é considerada como sustentáculo dos governos bem constituídos, senão por que oferece meios para a instrução geral [...] é ela que faz amar a justiça, respeitar as autoridades e obedecer às leis”.

Logo, nos primeiros números do periódico, publica-se também um poema laudatório que discorre sobre os benefícios que a imprensa trouxe à sociedade. O correspondente, assinando como “Hum Natural de Serro Frio”, possivelmente o cônego Luiz Antônio da Silva e Souza, louva a iniciativa de Joaquim Alves de Oliveira de criar uma tipografia em Goiás e defende as benesses da liberdade de imprensa, como se pode notar nos seguintes versos: “[...] Se a imprensa abusar dos seus deveres,/Soffra a pena que a lei lhe tem marcado,/Mas não se

diga que ella foi nociva,/Pois bem notórios são a todo Orbe/As luzes, que difunde, no Universo [...]” (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 16/03/1830, n. 04, p. 03).

Outra carta, escrita pelo Solitario de R. F ” e dedicada aos antagonistas da “liberdade de Imprensa”, trata de um “Decreto” árabe, que advoga a necessidade de se prevenir contra a liberdade de imprensa. O correspondente anônimo pede a publicação desse decreto porque acredita que: “[...] das prevenções contra a liberdade de Imprensa, se reconhecera as suas vantagens” (Idem, 16/03/1830, n. 04, p. 04).

O suposto decreto argumenta que um povo instruído é perigoso, pois pode começar a procurar remédios e deixar de acreditar nos ensinamentos de Maomé. Fundamentado nessa premissa, o decreto proíbe a liberdade de imprensa e também proíbe os pais e as mães de ensinarem seus filhos a ler e escrever para que eles não caíssem nas tentações advindas da instrução.

A mensagem dessa carta fala, ironicamente, das desvantagens da liberdade de imprensa e o Solitário se coloca como um defensor das idéias liberais e do uso dos impressos como uma forma de instruir o povo. A hipótese de que o Solitário seja um defensor da imprensa livre é reforçada porque o correspondente afirma ter sido motivado por uma publicação anterior do *A Matutina*, assinada pelo “O Amigo de Couzas Boas”. Essa carta continha um diálogo entre o Calife e o Visir, que teria sido retirado de um periódico publicado em 1815. No diálogo, o Calife se apresenta como um protetor das letras, da ciência e das artes, sendo questionado pelo seu Grão-Visir sobre quais as vantagens que se poderia tirar das “luzes do povo”. Vejamos um pequeno trecho:

[...] Visir: Mas escritores audazes não se intrometerão nos segredos do nosso governo:

Calife: Eu governarei de maneira que elles não tenham senão a dizer bem.

[...]

Visir: Mas essa liberdade de publicar o pensamento não expõe a publicar muitos erros?

Calife: E também muitas verdades que não chegariam em mim sem essa liberdade. [...]. (A MATUTINA MEAPONTENSE, 1830, p. 4, nº 1).

O Calife representa o Monarca liberal, um bom governante que não teme as censuras e sátiras que podem ser publicadas pela imprensa. Essa preocupação com a liberdade de imprensa, expressa pelos correspondentes do *A Matutina*, devia-se a pelo menos a dois fatores: primeiro, devido ao entusiasmo pela instalação de uma tipografia em Goiás, cujo foco

era dar publicidade às discussões políticas-administrativas (VIEIRA, 2013); segundo, pelas denúncias de abuso dessa liberdade que eram feitas no Parlamento Imperial e foi motivo de acalorados debates na imprensa brasileira. No ano de 1830, as restrições à imprensa se tornaram mais acerbadas, devido às determinações da lei de 20 de setembro e pela aprovação do Código do Processo Criminal, em 16 de dezembro (NUNES, 2010). A repercussão das discussões que antecederam essas leis atingiu a província de Goiás e levou os letrados locais a se manifestarem publicamente, embora de forma anônima.

É sabido que existia uma parte da elite política brasileira que se manifestava favorável às restrições à liberdade de imprensa, e, tudo indica, que em Goiás existiam alguns adeptos desse tipo de posicionamento, que temiam as denúncias feitas pelos periódicos. Essa inferência deve-se a um princípio básico da retórica, que pressupõe que quem fala ou escreve visa sempre persuadir um auditório para quem se dirige a argumentação e com o qual o orador/escritor compartilha certos códigos lingüísticos, experiências e conceitos comuns. Afinal, o objetivo principal de toda argumentação é conseguir a adesão do auditório “[...] de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção), ou pelo menos, crie-se neles uma disposição para a ação [...]”. Para conseguir a adesão é preciso buscar assuntos e argumentos que possam interessar ao interlocutor, a fim de conseguir influenciar o seu “estado de espírito” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 54-55). Por essa razão, podem-se fazer inferências a respeito das experiências e expectativas de um determinado auditório, mediante a análise do vocabulário e do conteúdo dos discursos são lhes são dirigidos, por meio dos impressos.

Os letrados que se manifestaram no *A Matutina Meiapontense*, sobretudo, nos dois primeiros anos de circulação do periódico, apreciavam discorrer criticamente sobre as questões políticas provinciais e nacionais e dirigiam-se ao público leitor, usando determinados argumentos para demonstrar a veracidade das versões apresentadas e conseguir adesão a certas ideias. Pressupõe-se, portanto, que essas questões interessavam e poderiam mobilizar os leitores e ouvintes que tinham acesso ao periódico. Nesse sentido, pode-se dizer que o primeiro periódico goiano era uma imprensa de cunho político que, ao mesmo tempo, expressava as demandas da sociedade goiana, contribuía para formar a opinião dos leitores e veiculava as ideias e interesses da pequena elite letrada provincial, a qual representava as

relações de poder entre o povo e o soberano, tendo em vista um referencial advindo do liberalismo.

A apropriação de um vocabulário liberal e a necessidade de se recorrer ao público leitor para ter o aval do mesmo sobre assuntos estatais indicam, no nosso entender, uma mudança na própria cultura política da elite goiana que permanece monárquica, mas, especialmente após a Abdicação, defende a soberania da nação e disputa por cargos representativos, usando a imprensa como forma de projeção social. Ademais, a defesa da liberdade de imprensa, o apelo à opinião pública, como fonte de legitimidade, e a percepção dos direitos individuais pelos letrados de Goiás demonstram que a moderna concepção de nação, que remonta ao século XVIII, estava mobilizando práticas e representações discursivas na província. Dentro da moderna concepção de nação, o cidadão, enquanto sujeito dotado de direitos e participante do pacto social, ganhou proeminência e poder de ação e reação. Não à toa, a palavra cidadão era escrita com inicial maiúscula no *A Matutina*, demonstrando que esse conceito, assim como a opinião pública, era visto como ideia-força, capaz de demandar modificações na esfera política.

Estimulados pela força simbólica e moralizadora de algumas ideias, entre 1830 e 1831, foram feitos acalorados debates e várias denúncias contra autoridades provinciais nas páginas do *A Matutina*. Todavia, a partir de 1832, o perfil do periódico, gradativamente, se modifica e diminui a regularidade, saindo apenas duas vezes por semana. Há uma redução significativa no número de cartas publicadas, a crítica política se arrefece e passa-se a priorizar as informações oficiais. O periódico *A Matutina* deixou de circular, por volta de maio de 1834, e suas instalações foram vendidas, em 1836, para o governo provincial, que criou, um ano depois, o *Correio Oficial de Goiás*. O temor da desordem, que grassava no Período Regencial, faz a elite goiana se conciliar e dirimir, ou, pelo menos, evitar publicizar, as divergências sobre os assuntos públicos, a fim de conservar o domínio no âmbito privado e a ordem política e institucional vigente.

O fato é que, como destaca Habermas (1984), se por um lado, a imprensa é fundamental para dar 'publicidade', no sentido de trazer à baila, aos assuntos que interessam à sociedade e, portanto, servir para que se possa fomentar a consciência crítica do público; por outro a imprensa serve também para que os agentes históricos façam publicidade de si mesmos e de seus grupos de interesses, com o objetivo de manipular as opiniões. As duas

faces da palavra publicidade estão presentes desde o surgimento da imprensa e podem ser notadas nos periódicos oitocentistas. No *A Matutina* já se observa que os comunicados e cartas, embora usassem o argumento da imparcialidade e ressaltassem o apreço pelo público, apresentavam as versões dos fatos abordados de forma tendenciosa, fornecendo informações parciais, atacando a moralidade de inimigos políticos e realizando a promoção pessoal de determinados indivíduos. De todo modo, ao publicar diferentes opiniões e posições, até mesmo críticas ao redator e ao proprietário, *A Matutina* pode ser considerada como um importante espaço de debate, que promoveu a circulação de ideias que não interessavam apenas aos goianos, mas ao Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. Legislação brasileira de imprensa (1823-1923): um catálogo de leis. *BIBLOS*, Rio Grande, p. 89-93, 1999. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=19493>. Acesso em out. 2014.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENTHAN, Jeremy. Da Publicidade. In: *The works of Jeremy Bentham*, Editora: BookSurge Publishing, 1791. (Nota introdutória e tradução de Francisco Jamil Marques). *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: n. 6, p. 277-294, jul.dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a11.pdf>. Acesso em maio de 2015.

CHAIM, Perelman; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Os âmbitos da argumentação. In: *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 15-70.

CHARTIER, Roger. A esfera pública e a opinião pública. In: _____. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 49-72.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 185-204.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-91.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Jornal A MATUTINA MEIAPONTENSE, Meiaponte-GO: Tipografia D' Oliveira, 1830-1834.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, TecnoPrint Gráfica S. A., 1966.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias do Sobrinho do meu tio*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1995.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 14-45.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública. In: FERES JUNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 182-187.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, p. 125-138, jan./dez., 1995.

NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império Brasileiro: debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado (História), FFLCH/USP, 2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira (1832)*. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, 1996.

VIEIRA, Martha Victor. A imprensa Matutina e o antilusitanismo em Goiás no início do período regencial. In: FERREIRA, Tânia Bessone, et al. (orgs). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 143-167.